

TESIS DOCTORAL

**A GESTÃO PÚBLICA E A COMPETITIVIDADE
DE CIDADES TURÍSTICAS:
A EXPERIÊNCIA DA CIDADE DO SALVADOR**

LÚCIA MARIA AQUINO DE QUEIROZ

**UNIVERSITAT DE BARCELONA
BARCELONA – 2005**

**UNIVERSITAT DE BARCELONA. FACULTAT DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFÍA FÍSICA Y ANALISIS GEOGRÁFICO REGIONAL
PROGRAMA DE DOCTORADO EM PLANIFICACION TERRITORIAL Y DESARROLLO
REGIONAL, BIÊNIO 1999-2001**

**A GESTÃO PÚBLICA E A COMPETITIVIDADE DE
CIDADES TURÍSTICAS:
A EXPERIÊNCIA DA CIDADE DO SALVADOR**

LÚCIA MARIA AQUINO DE QUEIROZ

DIRECTORES:

DR. FRANCISCO LÓPEZ PALOMEQUE

DR. SYLVIO BANDEIRA DE MELLO E SILVA

BARCELONA – 2005

Minha segurança se funda na convicção de que sei algo e de que ignoro algo, a que se junta a certeza de que posso saber melhor o que já sei e conhecer o que ainda não sei. Minha segurança se alicerça no saber confirmado pela própria experiência de que, se minha inconclusão, de que sou consciente, atesta, de um lado, minha ignorância, me abre, de outro, o caminho para conhecer.

Paulo Freire, 1996.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, sempre, por me terem concedido o direito à vida e pela orientação recebida ao longo dela.

Aos meus mestres: todos aqueles que, ao longo desses anos, contribuíram com a minha formação pessoal e profissional.

A Keko, Lipe e Quel, com amor.

Aos partícipes da história do turismo baiano.

Aos que dormem nas ruas de Salvador à espera, nem sempre, de que dias melhores possam ser alcançados.

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade
Salvador - UNIFACS

Queiroz, Lúcia Maria Aquino de

A gestão pública e a competitividade de cidades turísticas: a experiência da cidade do Salvador / Lúcia Maria Aquino de Queiroz. - 2005.
631 f.

Tese (Doutorado) – Universidade de Barcelona – Doutorado em
Planificação Territorial e Desenvolvimento Regional.

Directores da tese: Prof. Dr. Francisco López Palomeque; Sylvio Bandeira de Mello e Silva.

1.Turismo. 2. Políticas públicas. 3. Salvador (BA) - Desenvolvimento urbano-turístico. 4.Desenvolvimento local – Salvador (BA). 5.Competitividade. I. López Palomeque, Francisco, dir. II. Silva, Sylvio Bandeira de Mello e, dir. III.Universidade de Barcelona. IV. Título.

CDD: 338.98142

RESUMO

Esta tese tem por objeto de estudo a gestão pública e a competitividade de cidades turísticas, à luz da experiência da capital do estado da Bahia, Salvador. Tomando-se esta cidade como referencial, procurou-se compreender a importância da gestão pública no alcance da competitividade turística dos centros urbanos, com vistas ao desenvolvimento local, centrando-se na análise de duas temáticas de extrema relevância para o estudo do turismo contemporâneo: o papel do Estado na atividade turística e a busca da competitividade pelos centros urbanos e turísticos. A análise teórica foi realizada com base nos estudos sobre a questão urbana, a competitividade, o desenvolvimento local e o turismo e nos modelos de desenvolvimento turístico, com destaque para aqueles que abordam esse fenômeno nos centros urbanos, investigando-se, inclusive, os adotados em cidades brasileiras selecionadas – Rio de Janeiro e Fortaleza. Com isso, foram evidenciadas as políticas públicas como um dos elementos centrais da competitividade das cidades turísticas. Por meio de uma ampla pesquisa envolvendo levantamento de informações documentais e entrevista direta, pôde-se reconstituir a evolução do Sistema Institucional Público do Turismo Baiano e confirmar a importância por este alcançada para o Sistema Turístico Estadual, desde a sua fase de implantação, na década de 1930, até os dias atuais. Essa reconstituição permitiu observar que o turismo de Salvador, dotado de um modelo centralizador e autoritário, comandado pelo poder público estadual, expandiu-se. Tal expansão, entretanto, ocorreu de forma concentrada, acompanhando o movimento da renda local, ocupando as “bordas” da cidade e contribuindo para agravar o quadro de desequilíbrios sócio-espaciais vigente. Os desafios que se apresentam hoje para que Salvador alcance uma maior competitividade turística são inúmeros e não dependem apenas da forma de gestão, embora isso em muito possa contribuir com esse processo. Pesquisa efetuada com atores do turismo local permitiu confirmar a importância da gestão pública no desempenho do turismo de Salvador e, ao mesmo tempo, reafirmou a necessidade de mudança na gestão turística para o alcance de uma maior competitividade. A gestão do turismo de Salvador é vista aqui como um mecanismo capaz de potencializar as vantagens comparativas desta cidade, transformando-as em vantagens competitivas, a partir de um profundo conhecimento da realidade local, incorporando o território e os atores locais excluídos, totalmente ou parcialmente, dos modelos até então vigentes. Respeitando e compreendendo o processo histórico de desenvolvimento turístico desta localidade, bem como as carências e conflitos existentes no seu território, percebe-se que o fortalecimento do seu turismo não poderá prescindir da ação do Estado. Propõe-se, então, a participação de um Estado fomentador, disciplinador e condutor de um processo em parceria com outros agentes, como a municipalidade, a iniciativa privada e o terceiro setor. Essa nova forma de gestão poderá contribuir para qualificar Salvador, valorizando os recursos existentes e tornando-a atrativa para a recepção de novos fluxos de pessoas e capitais, reforçando, assim, os patamares de competitividade a serem alcançados.

Palavras-chave: 1. Turismo 2. Políticas públicas. 3 . Salvador (BA) - Desenvolvimento urbano-turístico 4. Desenvolvimento local – Salvador (BA) 5. Competitividade.

ABSTRACT

The subject of this thesis is the public management and competitiveness of tourist cities as illustrated by Salvador, the capital of Bahia. This city was taken as reference in order to understand the importance of public management with respect to competitiveness in urban centers, with an emphasis on local development, and centering on the analysis of two subjects of extreme importance for a study of contemporary tourism: the role of the state in tourist activity and the pursuit of competitiveness in urban tourist centers. The theoretical analysis was performed based on studies on urban issues, competitiveness, local development, and tourism, and on models of touristic development, especially those which approach this phenomenon in urban centers, including those adopted in Brazilian cities such as Rio de Janeiro and Fortaleza. Public policy has turned out to be one of the central elements of competitiveness in tourist cities. Through wide research comprising documented information and direct interviews, it is possible to reconstruct the evolution of the Public Institutional System of Bahian Tourism and confirm its importance for the State Tourist System from its inception in the 1930s until the present. This reconstruction allows one to observe that tourism in Salvador, which has a centralized and authoritarian model controlled by public state power, has expanded. Such expansion, however, has occurred in a concentrated form, following the movement of local income, occupying the peripheries of the city, and further aggravating the current socio-spatial imbalance. The challenges that face Salvador's reaching greater touristic competitiveness are numerous, and they do not depend solely on the form of management, although this could contribute to the process. Research conducted with local tourist agents made it possible to confirm the importance of public management in the performance of tourism in Salvador, and at the same time reaffirmed the necessity of changes in tourist management in order to achieve more competitiveness. Tourist management in Salvador is seen here as a mechanism able to maximize the comparative advantages of this city, transforming them into competitive advantages, stemming from a deep understanding of local reality and incorporating the territory and local tourist agents that have been excluded, in whole or in part, from previous models. Respecting and understanding the historical process of this locality's touristic development, as well as its needs and existing conflicts, it becomes apparent that the strengthening of its tourism cannot happen without government action. Thus, it is proposed that the State participate as motivator, regulator, and conductor of the process, in partnership with other agents such as the municipality, the private sector, and the third sector. This new form of management could contribute to the qualification of Salvador, making the most of existing resources and making the city more attractive in order to receive new flows of people and capital, thereby reinforcing the upper echelons of competitiveness to be reached.

Keywords: 1. Tourism 2. Public Policy 3. Salvador (BA) - Urban Touristic Development 4. Local Development – Salvador (BA) 5. Competitiveness.

INDICE GERAL

RESUMO/ Abstract	9
	10
Lista de Figuras	16
Lista de Quadros	20
Lista de Tabelas	22
Lista de Abreviaturas e Siglas	28
INTRODUÇÃO: OBJETO E ESTRUTURA DA INVESTIGAÇÃO	35
CAPÍTULO 1 – O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO E DA COMPETITIVIDADE PARA OS CENTROS URBANOS E PARA OS DESTINOS TURÍSTICOS	49
1.1. A questão da competitividade	51
1.2. Conceituação e modelos de desenvolvimento econômico	73
1.3. O fenômeno da competitividade urbana e o desenvolvimento local	86
1.4. O novo papel das políticas públicas na competitividade e no desenvolvimento de destinos turísticos	98
1.5. O desenvolvimento e a competitividade turística sob a ótica das parcerias público-privado	108
1.6. Programas e modelos de gestão dos espaços turísticos	117
1.6.1. O Programa Nacional de Municipalização Turística – PNMT – e o Programa de Regionalização do Turismo no Brasil	118
1.6.2. O modelo do <i>Cluster</i>	124
1.6.3. O Modelo da Economia da Experiência	133
1.6.4. O Modelo A.M.P.M (<i>Attractiveness, Marketing, Productivity, Management</i>)	138
1.6.5 O Modelo de Redes Multiorganizacionais	145
CAPÍTULO 2 – TURISMO E TERRITÓRIO – DA REFLEXÃO À ANÁLISE DE MODELOS DE GESTÃO TURÍSTICA EM CIDADES SELECIONADAS	155

2.1. A ordenação territorial e os planejamentos urbano e estratégico	157
2.2. O turismo e a questão territorial	171
2.2.1. A intervenção no território turístico: o planejamento	175
2.2.2. Tipos de planejamento turístico	179
2.3. A gestão do turismo em cidades brasileiras selecionadas: breve olhar sobre as experiências do Rio de Janeiro e de Fortaleza	192
2.3.1. A experiência do Rio de Janeiro	195
2.3.2. O exemplo de Fortaleza	222
2.3.3. Primeiro balanço sobre as experiências das cidades selecionadas	238
CAPÍTULO 3 – O TERRITÓRIO INVESTIGADO: SALVADOR, A CIDADE DUAL	241
3.1. A cidade do Salvador – uma breve apresentação	244
3.2. A nova regionalização urbano-industrial de Salvador	247
3.3. A região turística do Salvador	263
3.3.1. Caracterização do Pólo Turístico Salvador e Entorno	264
3.3.2. Estrutura socioeconômica e espacialização da oferta turística de Salvador	270
CAPÍTULO 4 – A FORMAÇÃO DO SISTEMA INSTITUCIONAL PÚBLICO DO TURISMO BAIANO	297
4.1. Fase de implantação: a institucionalização do turismo baiano (1930-1962)	299
4.1.1. A experiência pioneira da Secção de Turismo e os primeiros empreendimentos privados	300
4.1.2. Os avanços dos anos 50- a organização do sistema municipal e a inclusão do turismo nos planos estaduais	308
a) A preocupação com a capitalização e o planejamento da atividade	309
b) Produtos da institucionalização: a Lei 398, o Conselho Municipal de Turismo e a Diretoria Municipal de Turismo	314
c) A participação da sociedade civil e o primeiro grande evento turístico privado	319
d) A inserção do turismo no planejamento estadual	322

e) A promoção do fortalecimento institucional do turismo de Salvador pelo departamento de Turismo e Diversões Públicas (DTDP)	327
4.2. Fase de transição: constituição de elementos fundamentais para a mudança do modelo de desenvolvimento turístico – 1963 – 1970	338
4.2.1. Impactos das estratégias de desenvolvimento do governo federal na gestão do turismo baiano	338
4.2.2. Os avanços do último ano da gestão de Vasconcelos Maia	340
4.2.3. O fim do Departamento de Turismo e Diversões Públicas (DTDP) e da gestão com ampla participação da intelectualidade e dos artistas	344
4.2.4. O trabalho paralelo do governo do Estado e da Superintendência de Turismo da Cidade do Salvador (SUTURSA)	351
4.2.5. Acontecimentos no transcurso da gestão da Sociedade por Ações Hotéis de Turismo da Bahia S/A Bahiatursa	355
4.3. O incremento da ação institucional: 1971 a 1990	363
4.3.1. O Sistema Estadual de Turismo na primeira metade da década de 70	364
a) As idéias contidas no Plano de Turismo do Recôncavo	364
b) A nova dinâmica do Sistema Estadual de Turismo Baiano na primeira metade dos anos 70	369
4.3.2. A ampliação do Sistema Estadual de Turismo com a constituição de novas empresas	382
a) A Empreendimentos Turísticos da Bahia S.A. EMTUR	382
b) A Empresa Bahia Convenções S.A. Conbahia	383
4.3.3. O Sistema Estadual de Turismo passa a ser referência nacional	385
4.3.4. Impactos das mudanças políticas e econômicas na gestão do turismo baiano	393
4.3.5. Subsídios à gestão estadual do turismo inaugurada em 1991	397
 CAPÍTULO 5 - A EVOLUÇÃO RECENTE DO SISTEMA INSTITUCIONAL PÚBLICO DO TURISMO NA BAHIA E EM SALVADOR	 403
5.1. O turismo assume o status de atividade econômica prioritária	405
5.1.1. O Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR-NE)	405

5.1.2. A concepção inicial do Programa de Desenvolvimento do Turismo da Bahia (PRODETUR-BA)	408
5.1.3. A gestão do turismo baiano na primeira metade dos anos 90	414
5.1.4. A criação da Secretaria de Turismo e Cultura e os impactos do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) na gestão turística estadual	418
5.2. Modificações em curso na gestão turística da Bahia e de Salvador	427
5.2.1. A fase II do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR)	427
a) Os Conselhos de Turismo	435
b) Os Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS)	439
5.3. Ações congruentes ao Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR): Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), o Programa Bahia Qualitur e Fórum de Estudos Avançados em Turismo (FEAT)	456
5.3.1. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU)	457
5.3.2. O Programa Bahia Qualitur	470
5.3.3. O Fórum de Estudos Avançados em Turismo (FEAT)	475
CAPÍTULO 6 – TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS PARA A GESTÃO TURÍSTICA DE SALVADOR	481
6.1. Novas formas de parceria para a gestão do turismo de Salvador	486
6.1.1. O <i>Cluster</i> de Entretenimento e Cultura da Bahia	487
6.1.2. Impactos do Plano Nacional de Turismo e do Programa Roteiros do Brasil no Turismo Baiano	504
6.2. Contribuições das experiências do Rio de Janeiro e de Fortaleza para o turismo de Salvador	515
6.3. Pesquisa de avaliação da gestão pública do turismo baiano e de prospecção das possibilidades de adoção de novas formas de gestão na atividade turística local	522
6.3.1. A importância da gestão pública do turismo e de sua orientação	526
6.3.2. Avaliação da importância e da efetividade da cooperação entre os setores público e privado	532

6.3.3. Avaliação atual e prospectiva para o incremento da competitividade turística baiana	536
6.3.4. Conhecimento e avaliação dos modelos, programas e ações estruturais: PRODETUR, <i>Cluster</i> , PDITS, Conselho de Turismo do Pólo Salvador e Entorno	539
6.3.5. Outros comentários realizados pelos entrevistados e ensinamentos derivados da pesquisa	562
CONSIDERAÇÕES FINAIS	569
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	593
<i>Livros, artigos e monografias</i>	593
<i>Publicações oficiais e relatórios</i>	604
<i>Periódicos, entrevistas e outros</i>	611
ANEXOS	625

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: O Estado da Bahia no contexto regional	43
Figura 2: Plano da Área Urbana de Salvador	44
Figura 3: As cinco forças competitivas que determinam a competição na indústria	56
Figura 4: Determinantes da vantagem nacional	57
Figura 5: Diamante da competitividade do <i>cluster</i> turístico	131
Figura 6: Economia da Experiência – progressão da sociedade e do valor econômico	134
Figura 7: Economia da Experiência – serviço x experiência	134
Figura 8: Os Campos da Experiência	136
Figura 9: Economia da Experiência – novos motores	137
Figura 10: A Economia da Experiência – da Sociedade da Informação à Sociedade dos Sonhos	137
Figura 11: Economia da Experiência – o <i>out</i> e o <i>in</i> no turismo	138
Figura 12: A aproximação do Modelo <i>Attractiveness, Marketing, Productivity, Management</i> (A.M.P.M.) para o <i>cluster</i> turístico	140
Figura 13: O novo modelo: o Valor do Esforço da Experiência Turística	141
Figura 14: Incremento da eficiência do <i>marketing</i> do <i>cluster</i>	142
Figura 15: Incremento da produtividade do <i>cluster</i> turístico	143
Figura 16: Incremento da gestão do sistema de destinação turística	144
Figura 17: Uma modalidade de planificação própria de cada escala	159
Figura 18: Pluralidade de modalidade de planificação a cada escala	160
Figura 19: As cinco grandes áreas da ordenação do território	161
Figura 20: Modelo de estrutura organizativa dos planos estratégicos	166
Figura 21: Metodologia e técnicas de suporte na elaboração de planos estratégicos	167
Figura 22: O carácter circular da planificação estratégica	168
Figura 23: Etapas do Planejamento Estratégico do Rio de Janeiro – 1993/1995	199
Figura 24: Estrutura do Plano Estratégico do Rio de Janeiro – 1996	201
Figura 25: Plano Estratégico do Rio de Janeiro – origem dos projetos, 1996	203
Figura 26: Área urbana de Fortaleza	227
Figura 27: Programa de Desenvolvimento do Turismo do Ceará I (PRODETUR-CE I) - fonte dos valores financiados	232

Figura 28: A Bahia no Brasil	245
Figura 29: Espacialização urbana na Bahia – a Região Metropolitana do Salvador (RMS)	249
Figura 30: Espacialização do Produto Municipal segundo as regiões econômicas – Bahia 2000	252
Figura 31: Espacialização do Produto Municipal – municípios baianos – 2000	253
Figura 32: Local de residência dos Chefes de Domicílio com renda superior a 20 Salários Mínimos, no município de Salvador - 2000	257
Figura 33: Local de residência dos Chefes de Domicílio com renda entre 10 a 20 Salários Mínimos, no município de Salvador - 2000	258
Figura 34: Subdivisão das Administrações Regionais e Zonas de Informação – Município de Salvador – BA	259
Figura 35: Local de residência dos Chefes de Domicílio sem rendimento ou com renda até 2 Salários Mínimos, no município de Salvador - 2000	260
Figura 36: Local de residência dos Chefes de Domicílio com renda entre 2 a 5 Salários Mínimos, no município de Salvador - 2000	261
Figura 37: Local de residência dos Chefes de Domicílio com renda entre 5 a 10 Salários Mínimos, no município de Salvador - 2000	263
Figura 38: Pólo Salvador e Entorno (PSE)	266
Figura 39: Destaques da oferta turística de Salvador	267
Figura 40: Atrativos efetivos por categoria (total) Pólo Salvador e Entorno (PSE)	268
Figura 41: Atrativos efetivos por categoria (total) Baía de Todos os Santos (BTS)	268
Figura 42: Atrativos efetivos por categoria (total) – Salvador	269
Figura 43: Atrativos efetivos por categoria (total) Costa dos Coqueiros	269
Figura 44: Espacialização dos Meios de Hospedagem Classificados de Salvador - 5 estrelas	280
Figura 45: Espacialização dos Meios de Hospedagem Classificados de Salvador - 4 estrelas	283
Figura 46: Espacialização dos Meios de Hospedagem Classificados de Salvador	284
Figura 47: Espacialização das Agências de Viagem de Salvador	285
Figura 48: Espacialização dos Meios de Hospedagem Não Classificados de Salvador	288

Figura 49: Espacialização dos Meios de Hospedagem Não Classificados de Salvador – Pousadas (em Unidades Habitacionais)	289
Figura 50: Espacialização dos Meios de Hospedagem Não Classificados de Salvador – Pensão/Hospedaria/Albergue e Restritos às Forças Armadas (em Unidades Habitacionais)	290
Figura 51: Espacialização dos Meios de Hospedagem Não Classificados de Salvador – Apart-hotéis (em Unidades Habitacionais)	292
Figura 52: Mapa Turístico de Salvador	294
Figura 53: Zonas turísticas da Bahia	415
Figura 54: Zonas turísticas da Bahia – principais destinos	416
Figura 55: Regiões turísticas da Bahia – proposta de ampliação	431
Figura 56: Participantes das reuniões do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) – média global	440
Figura 57: Princípios da estratégia de desenvolvimento do turismo do Pólo Salvador e Entorno (PSE)	448
Figura 58: Organograma do Bahia Qualitur	471
Figura 59: Modelo de um sistema de gestão da qualidade baseado em processo	473
Figura 60: Conselho de Líderes – uma nova instância de planejamento	490
Figura 61: Reinventando a indústria de entretenimento da Bahia	491
Figura 62: Articulação entre <i>Sub-clusters</i> , <i>Micro-clusters</i> e Projetos Transversais	495
Figura 63: Regionalização X Conselhos de Turismo da Bahia	510
Figura 64: Articulação entre os Conselhos e o Fórum Estadual de Turismo	511
Figura 65: Fórum Estadual de Turismo X Conselhos de Turismo dos Pólos Baianos	512
Figura 66: Instâncias de Governança Regional e Estadual	513
Figura 67: Articulação entre as Instâncias de Governança Estadual e Regional	514
Figura 68: Importância da gestão pública no desempenho de cidades/regiões turísticas	527
Figura 69: Importância da gestão pública no desempenho de cidades/regiões turísticas da Bahia	528
Figura 70: Avaliação da forma de atuar do Estado no turismo baiano nos últimos 10 anos (em %)	528
Figura 71: O Estado deve intervir mais ou menos no turismo baiano	530
Figura 72: Avaliação da importância da cooperação público e privada no incremento da competitividade turística	533

Figura 73: Existência de cooperação entre os setores público e privado no incremento da competitividade turística baiana (em %)	537
Figura 74: Conhece algum modelo de desenvolvimento do turismo baiano (em %)	540
Figura 75: Foco principal do modelo de desenvolvimento turístico adotado hoje na Bahia (em %)	541
Figura 76: Adequação do modelo de desenvolvimento turístico adotado na Bahia ao alcance da competitividade turística (em %)	543
Figura 77: Modelo indicado para a gestão do turismo baiano (em %)	545
Figura 78: Conhecimento do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR)	546
Figura 79: Avaliação do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR)	547
Figura 80: Conhecimento do <i>Cluster</i> de Entretenimento da Bahia, segundo as funções (em %)	550
Figura 81: Avaliação do modelo do <i>Cluster</i> proposto para a Bahia (em %)	551
Figura 82: Conhecimento do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS)	554
Figura 83: Avaliação do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS)	555
Figura 84: Conhecimento do Conselho do Pólo Salvador e Entorno (PSE) em %	558

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Diferentes concepções de Desenvolvimento Local	90
Quadro 2: O papel do governo no turismo	102
Quadro 3: Diferentes concepções de <i>clusters</i>	127
Quadro 4: Principais diferenças e complementaridades entre planejamento urbano e planificação estratégica	164
Quadro 5: Abordagens de planejamento turístico – visões de Getz e Hall	184
Quadro 6: Plano Estratégico do Rio de Janeiro – estrutura referente ao setor de Turismo e Eventos	204
Quadro 7: Plano Maravilha – estratégias e temas das Comissões de Diagnóstico	206
Quadro 8: Plano Maravilha – macroprogramas e principais ações	207
Quadro 9: Plano Diretor de Turismo do Estado do Rio de Janeiro, 2001 – macroprogramas, projetos e ações	209
Quadro 10: Municípios do Pólo Salvador e Entorno (PSE) sem aterro sanitário – 2002	273
Quadro 11: A institucionalização do turismo baiano dos anos 30 até finais da década de 1940	308
Quadro 12: Avanços do turismo baiano nos Anos 50	337
Quadro 13: Fase de transição do turismo baiano - 1963-1970	363
Quadro 14: O incremento da ação institucional no turismo baiano. 1971 a 1990	402
Quadro 15: Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) – Pólos turísticos baianos – 2001	430
Quadro 16: Metas da segunda fase do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) – caráter social	433
Quadro 17: Ferramentas de gestão implementadas nos municípios do Pólo Salvador e Entorno (PSE)	442
Quadro 18: Estruturas administrativas específicas do turismo nos municípios do Pólo Salvador e Entorno (PSE)	444
Quadro 19: Participação da comunidade nos processos decisórios – Pólo Salvador e Entorno (PSE)	445
Quadro 20: Estrutura de fiscalização ambiental nos municípios do Pólo Salvador e Entorno (PSE)	446

Quadro 21: Macro-estratégias para o turismo do Pólo Salvador e Entorno (PSE)	450
Quadro 22: Projetos e ações financiáveis pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo II (PRODETUR II) – Salvador	451
Quadro 23: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) – 2002. Diretrizes/proposições por campos e setores – econômicos e sociais – economia e trabalho	463
Quadro 24: Bahia Qualitur – requisitos quanto à certificação profissional para cada nível – em % de profissionais que necessitam certificação	472
Quadro 25: Evolução recente do turismo da Bahia e de Salvador	479
Quadro 26: O <i>Cluster</i> de Entretenimento da Bahia	489
Quadro 27: Base associada do <i>Cluster</i> de Entretenimento e Cultura da Bahia	490
Quadro 28: <i>Cluster</i> de Entretenimento da Bahia. Aglomerados de municípios espacializados por zonas turísticas	493
Quadro 29: <i>Cluster</i> de Entretenimento – deficiências e ameaças	493
Quadro 30: <i>Cluster</i> de Entretenimento – potencialidades e oportunidades	494
Quadro 31: Programa para reforço da competitividade do turismo baiano	495
Quadro 32: Ações estratégicas dos <i>sub-clusters</i>	496
Quadro 33: Ações estratégicas e projetos transversais	497
Quadro 34: Síntese das atividades do <i>Cluster</i> – set./2003 – ago./2004	499
Quadro 35: Características do modelo de Bonito versus o <i>Cluster</i> proposto para a Bahia	503
Quadro 36: Programa de Regionalização do Turismo Roteiros do Brasil - Câmaras Temáticas e seus objetivos	505
Quadro 37: Visões das políticas Federal e Estadual de Turismo	509
Quadro 38: Macro-programas e Macro-estratégias das políticas Federal e Estadual de Turismo	509
Quadro 39: Aspectos do planejamento/gestão turística de cidades brasileiras selecionadas	521

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Participação de cidades médias no Produto Interno Bruto (PIB) nacional	96
Tabela 2: Cooperação entre os setores público e privado: participantes do questionário aplicado pelo WTOBC – 2000	109
Tabela 3: Importância da cooperação entre o setor público e o privado para a competitividade da “indústria” turística	110
Tabela 4: Áreas em que a cooperação público-privado tende a ser mais efetiva	111
Tabela 5: Áreas mais efetivas para a cooperação público-privado no futuro	113
Tabela 6: Análise dos estudos de caso por região	114
Tabela 7: Municípios engajados, oficinas realizadas, agentes treinados e pessoas envolvidas no Programa Nacional de Municipalização Turística (PNMT) – 1995/2001	120
Tabela 8: Oficinas do Programa Nacional de Municipalização Turística (PNMT) realizadas na Bahia – 1995/2001	120
Tabela 9: Ranking da qualidade de vida nas metrópoles – as dez primeiras e algumas selecionadas	149
Tabela 10: Cidades mais visitadas do Brasil, 2003 – em % de participação	216
Tabela 11: Fluxo de Turistas Estrangeiros – cidade do Rio de Janeiro e Brasil. 1991-2003 (em mil)	217
Tabela 12: Turismo no Rio de Janeiro – Principal motivo da viagem segundo os visitantes estrangeiros – 2002	218
Tabela 13: Turismo no Rio de Janeiro – movimento turístico no Pão de Açúcar. 1997 – 2003	219
Tabela 14: Turismo no Rio de Janeiro – taxa de ocupação dos hotéis (1997 – 2003)	219
Tabela 15: Turismo no Rio de Janeiro – Desembarque de passageiros em vôos domésticos no aeroporto do Galeão (1997/ 2003)	220
Tabela 16: Programa de Desenvolvimento Turístico do Ceará I (PRODETUR/CE I) – fontes dos valores financiados	231
Tabela 17: Turismo em Fortaleza – fluxo total, demanda e oferta hoteleira	232
Tabela 18: Turismo em Fortaleza – receita e impacto no PIB – 1996/2000	233
Tabela 19: Turismo em Fortaleza – principal motivo da viagem, segundo os visitantes estrangeiros – 2002	233

Tabela 20: Turismo no Ceará – fluxo na Capital e interior – 1997/2000	234
Tabela 21: Produto Interno Bruto (PIB) das regiões brasileiras e municípios selecionados – R\$ de 2000 (mil)	248
Tabela 22: Estimativa do Produto Municipal da Região Metropolitana do Salvador (RMS) – 2000	250
Tabela 23: Participação dos municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS) na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) baiano. 1995 – 2003	250
Tabela 24: Participação dos municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS) na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) regional 1995/2003	251
Tabela 25: População, área e densidade demográfica da Região Metropolitana do Salvador (RMS) – 2000	254
Tabela 26: Famílias por classe de renda - Bahia e Região Metropolitana do Salvador (RMS) – 1999	255
Tabela 27: Rendimento médio real dos ocupados no trabalho principal das Regiões Metropolitanas e taxa de desemprego total no ano em % da População Economicamente Ativa (PEA) 2001	255
Tabela 28: Rendimento da população de Salvador - pessoas residentes 10 anos ou mais que auferem renda – 2001	256
Tabela 29: Índice de Desenvolvimento Social e estimativa do Produto Municipal Pólo Salvador e Entorno (PSE) – 2000	271
Tabela 30: Índices de cobertura de esgoto e de cobertura de coleta de lixo, domicílios atendidos por coleta de lixo – Pólo Salvador e Entorno (PSE) – 1991 e 2000	272
Tabela 31: Evolução dos indicadores de hospedagem no Pólo Salvador e Entorno (PSE) em unidade e em %	274
Tabela 32: Hotéis vinculados a redes hoteleiras - Pólo Salvador e Entorno (PSE)	275
Tabela 33: Faixas de renda dos turistas - principais destinos do Pólo Salvador e Entorno (PSE) em US\$	275
Tabela 34: Emprego gerado pelo turismo no Pólo Salvador e Entorno (PSE) – 2000	276
Tabela 35: Especialização de equipamentos de lazer de Salvador, selecionados por Administrações Regionais (ARs) 2000	279

Tabela 36: Espacialização dos hotéis classificados de Salvador - em Unidades Habitacionais classificadas por Estrelas (E) e por Administrações Regionais (ARs) – 2000	279
Tabela 37: Espacialização dos Hotéis Classificados em Salvador - em Unidades Habitacionais e Leitos e por Administrações Regionais (ARs) – 2000	282
Tabela 38: Espacialização das Agências de Viagem de Salvador - por Administrações Regionais (ARs) – ago./2004	282
Tabela 39: Espacialização dos Hotéis Não-classificados de Salvador - por Unidades Habitacionais (categorizados por padrões variáveis a A a D) e por Administrações Regionais (ARs) – 2000	286
Tabela 40: Espacialização dos Meios de Hospedagem Não-classificados de Salvador – Pousadas (em Unidades Habitacionais – categorizadas por padrões variáveis de A a D) e por Administrações Regionais (ARs) – 2000	287
Tabela 41: Espacialização dos MH Não-classificados de Salvador - Pensão/Hospedaria/Albergue, Colônia de Férias e Restritos às Forças Armadas (em Unidades Habitacionais – categorizadas por padrões variáveis de A a D) e por Administrações Regionais (ARs) – 2000	287
Tabela 42: Espacialização dos Meios de Hospedagem Não Classificados em Salvador - Apart-hotéis (em Unidades Habitacionais – categorizadas por padrões variáveis de A a D) e por Administrações Regionais (ARs) – 2000	291
Tabela 43: Investimentos realizados pela Empresa de Turismo da Bahia S/A – Bahiatura -1979/1986 (em CZ\$ mil a preços constantes de 1986)	388
Tabela 44: CONBAHIA – Ocupação do Centro de Convenções – Quantidade de eventos. Mar. 79 a dez. 86	390
Tabela 45: Indicadores da evolução do turismo baiano 1979/1986	392
Tabela 46: Indicadores da evolução do turismo de Salvador 1979/1986	393
Tabela 47: Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) Bahia e do fluxo turístico de Salvador, Bahia – 1975/1990	395
Tabela 48: Evolução das despesas com promoções turísticas da Bahiatura	395
Tabela 49: Fluxo e receita global de turistas, segundo residência permanente - Salvador – 1981/1990	397
Tabela 50: Previsão de investimentos e da ampliação da oferta de hospedagem até 2012 – Programa de Desenvolvimento do Turismo da Bahia (PRODETUR-BA)	412

Tabela 51: Programa de Desenvolvimento do Turismo da Bahia (PRODETUR-BA) – Zonas turísticas, centros turísticos e destinos-âncora	413
Tabela 52: Investimentos públicos no turismo baiano - concluídos e em execução (em US\$ 1000,00 – 1991 a 1994)	417
Tabela 53: Investimentos concluídos e em execução Programa de Desenvolvimento do Turismo da Bahia (PRODETUR-BA) – 1994 a junho de 2001(em US\$ mil)	423
Tabela 54: Investimentos públicos em áreas turísticas a partir de 1995 (em US\$ 1.000) – posição em junho/2001	424
Tabela 55: Bahia – investimentos privados em áreas turísticas - Período 01/1991 à 12/2012 - posição – jan. 2001	425
Tabela 56: Resultados do turismo na Bahia em 2000	426
Tabela 57: Montante de recursos por componente – Pólo Salvador e Entorno (PSE) e Salvador – 2002 (em US\$)	452
Tabela 58: Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste II (PRODETUR-NE II) - investimentos previstos nos Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) - posição em 16/09/2004 (em US\$)	453
Tabela 59: Taxas de crescimento anual para o fluxo e a receita turística do Pólo Salvador e Entorno (PSE) - 2003/2020	454
Tabela 60: Cenários previstos para o turismo do Pólo Salvador e Entorno – Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste II (PRODETUR-NE II)	455
Tabela 61: Cenários previstos para o turismo de Salvador – Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste II (PRODETUR-NE II)	456
Tabela 62: Participantes da pesquisa realizada com os atores do turismo de Salvador	526
Tabela 63: Importância da gestão pública no desempenho de cidades/regiões turísticas (em %)	527
Tabela 64: Importância da gestão pública no desempenho de cidades/regiões turísticas da Bahia (em %)	528
Tabela 65: Avaliação da forma de atuar do Estado no turismo baiano nos últimos 10 anos (em %)	529
Tabela 66: Justifique a avaliação do papel do Estado no turismo baiano nos últimos 10 anos (em %)	529
Tabela 67: O Estado deve intervir mais ou menos no turismo baiano (em %)	530

Tabela 68: Justificativas para intervenção ao não do Estado no turismo baiano (em %)	531
Tabela 69: Avaliação da importância da cooperação público e privado no incremento da competitividade turística (em %)	533
Tabela 70: Áreas em que a parceria público-privado pode ser mais efetiva. Comparativo entre o <i>ranking</i> Bahia e o <i>ranking</i> WTOBC	534
Tabela 71: Avaliação de quanto efetiva pode ser a cooperação público-privado no turismo (em %)	535
Tabela 72: Avaliação da existência de cooperação entre os setores público e privado no incremento da competitividade turística baiana (em %)	537
Tabela 73: Avaliação de quanto efetiva pode ser a cooperação público- privado no turismo baiano (em %)	538
Tabela 74: Conhece algum modelo de desenvolvimento do turismo baiano	540
Tabela 75: Modelos conhecidos de desenvolvimento do turismo baiano (em %)	541
Tabela 76: Foco principal do modelo de desenvolvimento turístico adotado hoje na Bahia (em %)	542
Tabela 77: Adequação do modelo de desenvolvimento turístico adotado na Bahia ao alcance da competitividade turística (em %)	543
Tabela 78: Revisões consideradas necessárias ao modelo de desenvolvimento turístico adotado na Bahia (em%)	544
Tabela 79: Modelo indicado para a gestão do turismo baiano (em %)	545
Tabela 80: Como tomou conhecimento do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) em %	547
Tabela 81: Avaliação do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) em %	548
Tabela 82: Principais problemas/pontos fracos do Programa de Desenvolvimento do Turismo da Bahia (PRODETUR - BA) em %	548
Tabela 83: Principais vantagens/pontos fortes do Programa de Desenvolvimento do Turismo da Bahia (PRODETUR - BA) em %	549
Tabela 84: Como tomou conhecimento do modelo do <i>Cluster</i> (em %)	551
Tabela 85: Avaliação do modelo do <i>Cluster</i> proposto para a Bahia (em %)	552
Tabela 86: Principais pontos fracos do <i>Cluster</i> de Entretenimento da Bahia (em %)	553
Tabela 87: Principais vantagens - pontos fortes do <i>Cluster</i> (em %)	554

Tabela 88: Como tomou conhecimento do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) em %	555
Tabela 89: Avaliação do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) da Região de Salvador e Entorno	556
Tabela 90: Principais problemas/pontos fracos do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS)	557
Tabela 91: Principais vantagens/pontos fortes do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) em %	557
Tabela 92: Como tomou conhecimento do Conselho de Turismo do Pólo Salvador e Entorno (PSE) em %	559
Tabela 93: Tipo de contribuição que o Conselho poderá ocasionar ao Turismo da Região de Salvador e Entorno (em %)	560
Tabela 94: O Conselho do Pólo Salvador e Entorno enfrenta ou enfrentou problemas/desafios (em %)	561
Tabela 95: Problemas/desafios que o Conselho do Pólo Salvador e Entorno enfrentou ou está enfrentando (em %)	562
Tabela 96: Comentários finais dos entrevistados na pesquisa	563

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A.M.P.M	– Attractiveness, Marketing, Productivity, Management
ABAV-BA	– Associação Brasileira de Agentes de Viagem Secção Bahia
ABGC	– Associação Baiana para Gestão Competitiva
ABIH	– Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
ABNT	– Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACRJ	– Associação Comercial do Rio de Janeiro
AECI	– Agência Espanhola de Cooperação Internacional
Aiest	– Association Internationale d’Experts Scientifiques du Tourisme
ALALC	– Associação Latino-Americana de Livre Comércio
AMS	– Área Metropolitana de Salvador
APA	– Área de Proteção Ambiental
APEB	– Arquivo Público da Bahia
AR	– Administrações Regionais
ASTA	– American Society and Travel Agent
BAHIATURSA	– Empresa Baiana de Turismo
BANEB	– Banco do Estado da Bahia
BID	– Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIE	– Secretaria da Economia da Indústria da Austrália
BIRD	– Banco Mundial
BNB	– Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	– Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BTS	– Baía de Todos os Santos
BVQI	– Bureau Veritas Quality International
CAGECE	– Companhia de Água e Esgoto do Ceará
CASEB	– Companhia de Armazéns e Silos da Bahia
CC	– Costa dos Coqueiros
CEFET	– Centro Federal de Educação Tecnológica
CEI	– Centro de Estudos e Projetos
CEPAL	– Comissão Econômica para América Latina e Caribe

CETUR	– Conselho Estadual de Turismo
CFT	– Coordenação de Fomento ao Turismo
CIA	– Centro Industrial de Aratu
CIC	– Centro Industrial do Ceará
CIDEU	– Centro Iberoamericano de Desenvolvimento Estratégico Urbano
CLAN	– Consultoria Planejamento S.A
CNC	– Câmara Nacional de Comércio
CNTur	– Conselho Nacional de Turismo
COB	– Comitê Olímpico Brasileiro
CODETUR	– Coordenação de Turismo
COELBA	– Companhia Hidroelétrica da Bahia
COMBRATUR	– Comissão Brasileira de Turismo
CONBAHIA	– Bahia Convenções S.A
CONDEB	– Conselho de Desenvolvimento Econômico da Bahia
CONDER	– Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
COOPTUR-JERI	– Cooperativa de Turismo de Jericoacoara
COPEC	– Complexo Petroquímico de Camaçari
CO-RIO	– Comitê Organizador dos Jogos Pan-Americanos
CPE	– Comissão de Planejamento Econômico
CRA	– Centro de Recursos Ambientais
CRT	– Conselho Regional de Turismo
CTI	– Consultoria Turística Integrada
CTI-NE	– Comissão de Turismo Integrada do Nordeste
CVB	– Convention and Visitors Bureau
DAC	– Departamento de Aviação Civil
DAFO	– Debilidades, Ameaças, Fortalezas e Oportunidades
DDF	– Diretoria de Desenvolvimento Florestal
DERBA	– Departamento de Infra-estrutura de Transportes do Estado da Bahia
DERT	– Departamento de Edificações, Rodovias e Transportes
DESENBANCO	– Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia
DI	– Diagnósticos Institucionais
DIEESE	– Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DL	– Desenvolvimento Local

DMC'S	– Companhias de Gerenciamento do Destino
DMT	– Diretoria Municipal de Turismo
DTDP	– Departamento de Turismo e Diversões Públicas
ED	– Entrevista Direta
EMBASA	– Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A
EMBRATUR	– Instituto Brasileiro de Turismo
EMCETUR	– Empresa Cearense de Turismo
EMTUR	– Empresa de Turismo da Bahia
EPRP	– Programa de Redução da Pobreza através da Exportação
EUA	– Estados Unidos da América
EUST	– Estudo de Uso do Solo e Transportes
FAPESB	– Fundação Amparo para a Pesquisa
FEAT	– Fórum de Estudos Avançados em Turismo
FECOMÉRCIO	– Federação das Indústrias e do Comércio do Estado do Ceará
FGV	– Fundação Getúlio Vargas
FIRJAN	– Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FMI	– Fundo Monetário Internacional
FUNGETUR	– Fundo Geral de Turismo
GT	– Grupo Técnico
GTZ	– Gesellschaft Furtechnische Zusammenarbeit
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	– Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDS	– Índice de Desenvolvimento Social
IDT/CE	– Instituto de Desenvolvimento Turístico do Ceará
IESB	– Instituto de Estudos Sócio-ambientais do Sudeste da Bahia
IET	– Instituto de Estudos de Trabalho e Sociedade
IFEB	– Instituto de Finanças e Economia da Bahia
IH	– Instituto de Hospitalidade
ILPES	– Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social
IPAC	– Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural
IPEA	– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	– Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPLAM	– Instituto de Planejamento do Município de Fortaleza

IPLANRIO	– Empresa Municipal de Informática e Planejamento do Rio de Janeiro
IPTU	– Imposto Predial e Territorial Urbano
ITC	– International Trade Center
IUOTO	– União Internacional de Organização de Viagens
KFW	– Kreditanstalt Für Wiederaufban
MH's	– Meios de Hospedagem
MIC	– Método de Impactos Cruzados
MP	– Ministério Público
NAP	– Network Access Point
OECD	– Organização de Cooperação Econômica e Desenvolvimento
OMT	– Organização Mundial do Turismo
ONG	– Organização Não Governamental
OPS	– Organização Panamericana de Saúde
OSCIP	– Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OTI	– Oficina Técnica de Empresas e Ingeniería S.A
PATA	– Pacific Asia Travel Association
PATs	– Planos de Ação Turística
PDDU	– Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PDITS	– Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PEA	– População Economicamente Ativa
PGQB	– Programa de Qualidade Bahia
PIB	– Produto Interno Bruto
PLANDEB	– Plano de Desenvolvimento da Bahia
PLANDURB	– Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador
PLANEFOR	– Plano Estratégico de Fortaleza
PLANTUR	– Plano Nacional de Turismo
PM	– Produto Municipal
PMF	– Prefeitura Municipal de Fortaleza
PNAD	– Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar
PNMT	– Programa Nacional de Municipalização Turística
PNT	– Plano Nacional de Turismo
PNUD	– Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPG-AU-FAUFBA	– Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura

PRODETUR-BA	– Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia
PRODETUR-CE	– Programa de Desenvolvimento Turístico do Ceará
PRODETURIS-CE	– Programa de Desenvolvimento do Turismo do Litoral do Ceará
PRODETUR-NE	– Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste
PRODETUR-NE I	– Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste I
PRODETUR-NE II	– Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste II
PRUA	– Plano de Referência Urbanístico Ambiental
PSE	– Pólo Salvador e Entorno
PUB – RIO	– Plano Urbanístico Básico do Rio de Janeiro
PUC – RJ	– Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RAIS	– Relação Anual de Informações Sociais
RIOPAN 2007	– Comissão de Organização dos Jogos Pan Americanos do Rio de Janeiro, 2007
RIOTUR	– Empresa de Turismo do Rio de Janeiro
RMF	– Região Metropolitana de Fortaleza
RMS	– Região Metropolitana do Salvador
SAMSU	– Secretaria dos Assuntos Municipais e Serviços Urbanos
SAVAM	– Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural
SCT	– Secretaria da Cultura e Turismo
SEBRAE	– Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEFAZ	– Secretaria da Fazenda
SEI	– Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEINFRA	– Secretaria de Infra-estrutura
SEMACE	– Superintendência de Meio Ambiente do Ceará
SENAC	– Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SEPDET	– Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Turismo
SESC	– Serviço Social do Comércio
SET	– Sistema Estadual de Turismo
SETUR-CE	– Secretaria de Turismo do Ceará
SIC	– Secretaria da Indústria e Comércio
SINE/CE	– Sistema Nacional de Emprego do Ceará
SM	– Salário Mínimo

SPE	– Sociedade de Propósito Específico
SUDENE	– Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
SUDETUR	– Superintendência de Desenvolvimento do Turismo
SUINVEST	– Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos
SUTURSA	– Superintendência de Turismo da Cidade do Salvador
TEBASA	– Companhia Telefônica Autofinanciada
TUBSA	– Technologies Urbanes de Barcelona S.A
TURISRIO	– Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro
UEE	– Unidade Executora Estadual
UFBA	– Universidade Federal da Bahia
UH's	– Unidades Habitacionais
UNESCO	– Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIFACS	– Universidade Salvador
USP	– Universidade de São Paulo
WTOBC	– World Tourism Organization Business Council